

Retrocessos no Eixo Desenvolvimento Urbano e Rural nos Municípios e Direito à Cidade

Congelamento dos gastos por 20 anos

Foi um dos mais duros golpes ao país, já que suas consequências são sentidas em todas as áreas. E por 20 anos. A medida afeta mais profundamente a saúde e a educação. As políticas públicas de saúde e educação eram, até então, investimentos vinculados ao orçamento do país, ou seja, com um percentual fixo das receitas anuais do qual não poderiam baixar. O governo Temer desvinculou os investimentos em saúde e educação e estabeleceu um teto para os gastos públicos, limitado à inflação do ano anterior, ou seja, sem aumento real. Isso significa uma queda significativa de investimento e ampliação desses e de outros serviços como habitação, assistência social, cultura e desenvolvimento agrário.

Agricultura, Pecuária e Produção Leiteira

- Desde o início do governo Bolsonaro, o Ministério da Agricultura já liberou 474 agrotóxicos, um recorde na autorização deste tipo de substância no país. Lembrando que 30% dos ingredientes de agrotóxicos liberados neste ano são barrados na União Europeia, podendo, portanto, influenciar o comércio do Brasil com os países europeus.
- Em 01 de outubro de 2019, o ministério fez 33 pedidos de registro de novos agrotóxicos, quantidade que, se aprovada, levará a um total de 353 produtos liberados pelo governo desde o começo de 2019.
- Embora afirme, com frequência, que o Brasil está quebrado, Bolsonaro deseja renegociar a dívida bilionária do agronegócio com o Fundo de Assistência do Trabalhador Rural (Funrural). O calote é avaliado em R\$ 11 bilhões, e Bolsonaro planeja anistiar os ruralistas já em 2020.
- Por forte pressão de ruralistas, Bolsonaro demitiu todo o comando do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) em 30 de setembro de 2019.
- Em 09/10/2019, o secretário especial de Assuntos Fundiários do governo Bolsonaro, Luiz Antônio Nabhan Garcia, informou que o governo prepara uma Medida Provisória que permitirá a regularização fundiária – ou seja, a entrega de títulos de propriedade de terras rurais – através da “autodeclaração”. A oposição criticou a proposta, porque esta representa uma abertura para a legalização automática de terras griladas, além do fato de que ela promoverá o aumento do desmatamento.
- No dia 17/10/2019, o governo Bolsonaro exonerou o general João Carlos de Jesus Corrêa da presidência do INCRA e nomeou o pecuarista Geraldo José da Câmara Ferreira de Melo Filho, sócio do ministro-chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni.
- As Normativas 76 e 77, publicadas em novembro de 2018 pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), estão causando polêmica entre os pequenos e médios produtores de leite do Brasil. Em vigor desde maio de 2019 e com o prazo de carência para adaptação terminando em 30/10/2019, a nova legislação

alterou regras para a produção de leite, especificando padrões de qualidade e identidade do produto cru refrigerado, do pasteurizado e do tipo A, além de alterações na forma de produzir, coletar e armazenar o produto. Produtores e entidades representativas do setor criticaram as mudanças que, segundo eles, vão excluir milhares de pequenos e médios produtores que moram em regiões distantes dos laticínios, devido ao tempo necessário para transportar o produto, além de não terem condições de investir em novos equipamentos de refrigeração.

- Em 04/11/2019, a imprensa divulgou que, apesar das garantias de Donald Trump a Bolsonaro, os Estados Unidos mantiveram o veto à compra de carne bovina do Brasil, alegando que a proibição foi tomada por questões técnicas.
- Em 02/11/2019, o Repórter Brasil divulgou que a Anvisa não só deu licença para a renovação da comercialização do Glifosato (agrotóxico) como também o tornou menos perigoso aos olhos dos brasileiros, ao reclassificar a sua toxicidade. Antes, 24 produtos à base do herbicida eram considerados “Extremamente Tóxicos”. Após a reclassificação, não há nenhum produto enquadrado na categoria máxima de toxicidade.
- Em 20/11/2019, a imprensa divulgou que a ministra da Agricultura, Tereza Cristina foi aos EUA, onde se reuniu com o secretário do Departamento de Agricultura norte-americano, Sonny Perdue, mas não conseguiu a reabertura para mercado de carne brasileira.
- Em 23/11/2019, a Folha denunciou que Bolsonaro mantém 66 projetos de reforma agrária paralisados.
- Em 25/11/2019, Bolsonaro informou sobre o envio ao Congresso de um projeto de lei que autoriza o emprego da chamada GLO (Garantia da Lei e da Ordem) para reintegração de posse em propriedades rurais. Atualmente, é papel dos governos estaduais acionarem forças de segurança locais para fazer cumprir decisões judiciais de reintegração de posse.
- Em 27/11/2019, o governo Bolsonaro liberou mais dois agrotóxicos inéditos e 55 genéricos.
- Em 05/12/2019, Bolsonaro instituiu o dia 4 de outubro como Dia Nacional do Rodeio a partir de 2020. A data é a mesma em que se celebra o Dia Mundial dos Animais, por conta do dia de São Francisco de Assis, santo padroeiro dos animais.
- Em 10/12/2019, o governo Bolsonaro editou uma Medida Provisória para legalizar 300 mil posses rurais, sendo 86% na Amazônia.
- Em 04/02/2020, a Rede Brasil Atual divulgou que o Ministério Público Federal considerou a Medida Provisória (MP) 910, de autoria do governo Bolsonaro, que pretende facilitar a concessão de títulos de propriedades rurais a ocupantes de terras públicas da União como inconstitucional. Se aprovada, a MP representa o estímulo à grilagem de terras públicas, perda de receitas, ampliação de conflitos no campo, desmatamento e severos impactos nas políticas de reforma agrária no país.

- Em 26/02/2020, Bolsonaro deu o maior golpe no processo de reforma agrária em curso no Brasil desde a criação do Estatuto da Terra, em 1964. Publicou o decreto nº 20.252, enxugando significativamente a estrutura do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). O ato extinguiu o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), o programa Terra Sol e outros programas que davam incentivos aos assentados, quilombolas e comunidades extrativistas.
- Em 03/03/2020, Bolsonaro nomeou ruralistas para ocupar cadeiras do Conselho de Administração da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Alvo de um “choque de gestão”, após críticas sobre privatização, a principal estatal de pesquisa agropecuária brasileira está passando por um processo de desmonte chamado por Bolsonaro de “repontecialização”. A estratégia inclui desde um Plano de Desligamento Incentivado (PDI), que já teve adesão de 1,3 mil funcionários, passa pela terceirização de algumas atividades-meio e chega à venda de imóveis e ao fechamento de centros de pesquisa.

Turismo

- Bolsonaro esforça-se particularmente para atrapalhar o turismo, caso de suas declarações contra visitantes LGBTs, responsáveis por movimentar bilhões de dólares no setor. “O Brasil não pode ser um país do mundo gay, do turismo gay. Temos famílias”, declarou em abril de 2019. Na mesma oportunidade, Bolsonaro ofertou: “Se quiser vir aqui fazer sexo com uma mulher, fique à vontade”.
- Bolsonaro convidou o ex-jogador Ronaldinho Gaúcho para ser Embaixador do Turismo no Brasil, mesmo sabendo que o jogador está impedido de promover o País no exterior, já que, por se recusar a pagar uma multa de 9,5 milhões de reais determinada pela Justiça gaúcha, o ex-jogador teve o passaporte confiscado e não pode atravessar as fronteiras.
- Nomeado “embaixador do turismo internacional” pela Embratur, o professor de jiu-jitsu e empresário Renzo Gracie publicou ataques ao presidente francês Emmanuel Macron e à sua esposa, Brigitte, por conta do posicionamento de Macron em relação às queimadas na Amazônia.
- Como efeito dos retrocessos do governo Bolsonaro que são conhecidos no mundo inteiro – com destaque para a forte repercussão internacional negativa dos incêndios na Amazônia –, no primeiro semestre de 2019, segundo a Organização Mundial do Turismo, os viajantes internacionais fugiram do Brasil. A queda no número de visitantes foi de 5% em relação ao mesmo período de 2018.
- Segundo reportagem do The Intercept Brasil de 16/10/2019, Bolsonaro está colocando em marcha um plano imenso para transformar áreas públicas, praias, cachoeiras, lagoas e zonas de preservação ambiental em empreendimentos turísticos privados. Um documento ao qual o site teve acesso traz uma planilha produzida pelo governo no primeiro semestre de 2019 que lista 222 propriedades da União espalhadas por 17

estados e Distrito Federal, que o governo quer passar para a iniciativa privada explorar.

- O governo Bolsonaro, com seus ataques às instituições, à democracia e descaso com o meio ambiente fizeram com que o turismo brasileiro fosse prejudicado. De acordo com reportagem da Revista Piauí, a venda de pacotes turísticos para europeus virem ao Brasil foi muito ruim em 2019 e, para 2020, é praticamente zero.
- A população e os comerciantes que vivem nas praias turísticas de Pernambuco estão preocupados que a crise ambiental causada pelo vazamento de óleo no litoral do Nordeste afete o turismo na região e gere desemprego.
- Em 25/11/2019, o ministro do Turismo, Marcelo Álvaro Antônio, foi notificado pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais no processo em que é acusado de ameaça de morte pela deputada do PSL de Minas, Alê Silva.
- Em 27/11/2019, Bolsonaro extinguiu a Embratur (Instituto Brasileiro de Turismo) em seu formato de autarquia e instituiu, em seu lugar, através de Medida Provisória, uma agência de mesmo nome, a Embratur – Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo. A verba destinada principalmente ao Sebrae, que hoje é paga pelas empresas que contribuem para o Sesi e Senai, será direcionada à Embratur.

Trânsito

- O desligamento de radares de velocidade em rodovias federais, determinado pelo governo Bolsonaro, vem causando aumento de acidentes de trânsito nas estradas, segundo levantamento feito pelo SOS Estradas com base em dados da Polícia Rodoviária Federal.
- Em 25/11/2019, reportagem do Bom Dia Brasil mostrou que depois de quatro anos em queda, com a quantidade de acidentes caindo 60% entre 2014 e 2018 nas rodovias federais, em 2019, o número voltou a subir em 8%, após o governo Bolsonaro suspender o uso de radares móveis.
- Em 09/12/2019, o Jornal Nacional divulgou que o governo Bolsonaro voltou a liberar bebida alcoólica em pontos de descanso de caminhoneiros.
- Em 11/12/2019, o juiz Marcelo Monteiro, da Justiça Federal em Brasília, atendeu a um pedido do Ministério Público Federal e derrubou a determinação de Bolsonaro que, em agosto de 2019, suspendeu a utilização dos radares móveis nas rodovias federais do país. No dia 12/12/2019, Bolsonaro determinou que a Advocacia-Geral da União recorresse da decisão.
- Em 20/12/2019, por 6 votos a 3, os ministros do STF seguiram entendimento do relator, Edson Fachin, e suspenderam a Medida Provisória 904/2019, assinada por Bolsonaro, que extinguiu o pagamento do Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT). Para o relator, o DPVAT,

contribuição obrigatória para cobrir gastos de acidentes provocados por veículos, tem uma função social.

Energia e Combustíveis

- Em 20/10/2019, a imprensa divulgou que o governo Bolsonaro tem a intenção de cobrar pela energia solar produzida em residências. A Aneel (Agência Nacional de Energia elétrica) enviou para consulta pública uma medida que irá taxar o valor da energia solar que o consumidor produz em suas residências a partir de painéis solares.
- Em 01/01/2020, dados divulgados pela Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANP) mostraram que o preço médio do etanol nos postos subiu 11,5% em 2019, a maior alta desde 2015. Na última semana do ano, o litro do combustível custava, em média, R\$ 3,151. O etanol foi o combustível com a maior alta do ano. Em segundo está o diesel, com aumento de 8,7%. Um dos motivos para o índice foram os reajustes promovidos pela Petrobras no preço de refinaria: o preço médio dos produtores subiu 16,3%. Já o preço da gasolina subiu 4,8% entre a última semana de 2018 e a última de 2019, quando custou, em média R\$ 4,555 por litro. Aumento veio cerca de um mês depois da Petrobras impor reajustes nos preços dos combustíveis de acordo com a subida do dólar e com o mercado internacional.
- Em 06/01/2020, em consulta pública da Aneel, o Ministério da Economia deu parecer favorável à redução dos benefícios para os consumidores que geram sua própria energia solar. O órgão deu aval a maior taxaçoão ao setor, argumentando que as regras atuais sobrecarregam quem não usa painéis solares.
- Em 10/01/2020, o Estadão divulgou que o Ministério de Minas e Energia confirmou que estava em avaliação no governo Bolsonaro a concessão de subsídio na conta de luz de templos religiosos.

Além dos retrocessos no Eixo Desenvolvimento Urbano e Rural nos Municípios e Direito à Cidade, recomendamos também a leitura do desmonte que vem sendo promovido, desde 2016, nos demais eixos do Modo Petista de Governar, por serem complementares aos apresentados neste eixo. [Aqui](#), você confere todas as medidas regressivas do governo Bolsonaro, por temas, atualizadas semanalmente.